Informativo 14 /2015

Enviado por sindct, qua, 02/09/2015 - 11:28

Local: ASCT
Data: 01 e 02 de setembro de 2015
ENTIDADES PRESENTES: AFINCA, APOSEN, ASCON-DF, ASCT, ASSEC-MG, e SINDCT

1) REUNIÃO COM A CONDSEF

O Fórum de C&T iniciou as atividades na condsef, onde se reuniu com o secretário-geral, Sérgio Ronaldo e com o diretor Rogério Expedito. Foi discutido sobre a minuta de acordo publicado após reunião plenária do dia 28 de agosto, sexta-feira.

Foi esclarecido pelo secretário geral que o prazo de apresentação da proposta orçamentária da composição do Projeto de Lei Orçamentária Anual é constitucionalmente estabelecido como sendo quatro meses antes do fim do exercício anterior, ou seja, dia 31 de agosto. Entretanto, as negociações devem continuar em torno sem data específica de término. É possível alterar o PLOA no Congresso Nacional. Foi informado que a estratégia é derrubar o condicionamento da correção dos benefícios ao aceite dos demais assuntos.

Também foi informado que a posição da Fonasefe foi pela persistência na rejeição à proposta do governo, sendo que o ponto central da rejeição é o caráter plurianual do acordo. A plenária da Condsef será no dia 10. Apresentou-se a seguinte agenda próxima de mobilizações:

Dias - Setembro

Atividades

2 e 3
Atividades no Congresso Nacional

8 a 11
Mobilização Permanente

9
Marcha a Brasília – caravanas
Plenária do Fonasefe

10
Plenária da Condsef

11
Reunião do Fonasef com a SRT

A Condsef motiva as entidades a ampliar a mobilização

2) REUNIÃO COM A SECRETÁRIA EXECUTIVA

Provocado pela secretária Emília, o Fórum de C&T afirmou a necessidade de estabelecer um Fórum de RH das carreiras de C&T, como forma de homogeneizar as políticas e os regramentos no âmbito do MCTI e também com os demais ministérios em que as carreiras se inserem.

Secretaria do Fórum Nacional das Entidades Sindicais da Área de C&T
Ivanil Elisiário Barbosa. CEL:12- 9781-1674, email: ivanilsindct@gmail.com
Rua Santa Clara n.º 432, São José dos Campos – SP e-mail: imprensa@sindct.org.br — Tel. (12) 9781-1674

Sobre a criação de Organizações Sociais, afirmou que a comissão presidida por Cerqueira Leite não tem esse objetivo, mas sim levantar a produção técnico-científica das unidades e otimizar a produção das mesmas. Foi enfática ao afirmar que "Não passa pela cabeça do ministro a conversão das UPs do MCTI em OS"; que "OS não é a solução para os problemas que o MCTI vive atualmente" e que "Nosso objetivo é que os institutos se interajam".

Quanto ao fato de Cerqueira Leite ter propagandeado a OS como uma solução para o Inpe "pode ter sido uma ação pessoal dele, mas não uma atribuição da comissão que ele preside".

Questionada, afirmou que a extinção do CNPq foi uma proposta aventada pelo MPOG mas que já de pronto rejeitada pela presidente Dilma.

Sobre a participação de representantes de servidores nos comitês de busca, a secretária disse que já tem trabalhado em uma proposta prevendo esta exigência. Disse que irá esperar a proposta do Fórum para subsidiar a sua.

Sobre a proposta de criação da Escola de Governo, a secretária disse que sua experiência mostra que as escolas de governo existentes nunca mostraram resultados efetivos, que há muitas disputas e baixa qualidade, que é um sumidouro de dinheiro, etc. Afirmou que se for para criar uma Escola de Governo na área de C&T, ela teria de ser de excelência, pois já temos servidores com pós-doc.

Argumentou que poderia ser melhor fazer uma seleção de servidores e enviá-los para cursos específicos no exterior em escolas de renome, do que gastar em uma escola própria. Os retornados poderiam depois serem multiplicadores dos conhecimentos adquiridos. Afirmou que considera a política de capacitação do ministério democrática. Ela tem de ser aperfeiçoada. Propôs que seja feito um seminário para se discutir as diferentes opções (escola de governo, universidade corporativa, formas alternativas de capacitação, etc.), antes de se adotar uma solução.

Sobre reposição de pessoal, afirmou que já está negociando com o MPOG a realização de concursos públicos para 2016. Citou especificamente o caso da AEB e Cemaden. O Fórum afirmou que está estudando a legislação de reposição de pessoal das Instituições Federais Ensino Superior – IFES, a fim de compor proposta de dispositivo semelhante adaptado à necessidade da C&T. A secretária solicitou enviar-lhe cópia do material de apoio que se tenha sobre o assunto afirmou que acrescentará este item à pauta do ministro para que pleiteie junto à presidente.
Foi solicitada a intervenção do MCTI junto ao MPOG a fim de reverter o quanto antes o cancelamento das rubricas de consignatárias. Foi reclamado da atitude tresloucada e arbitrária, que está prejudicando enorme prejuízo às associações.

Solicitou que verifique possibilidade de o ministro receber a representação sindical do Inpe (SindCT) por ocasião de sua participação no evento comemorativo do 54o aniversário do instituto, em São José dos Campos.

3) DELIBERAÇÕES

3.1 – Comitê de Busca de Dirigentes

A secretaria do Fórum de C&T apresenta anexa proposta de modificação dos dispositivos concernentes ao regramento de busca de dirigentes dos institutos. Solicitamos às entidades do Fórum de C&T que analisem, critiquem e sugiram mudanças até a próxima reunião do Fórum, prevista para os dias 9 e 10 de setembro.

3.2 – Seminário

A secretaria do Fórum de C&T submete à opinião das entidades a proposta de realização de seminário, conforme já citado no relatório anterior. Este ssunto é importante e exige maior participação das entidades a fim de proopiciar ampla adesão ao evento, que seja momento de discussão ampla do Fórum e das questões primoridais que nos afligem.

Da mesa de discussão decidiu-se por abrir a candidatura de entidades de locais para a realização do evento, que deverá ocorrer nos dias 28, 29 e 30 de outubro. A grade do evento, está assim constituída:

Abertura – A missão do MCTI – Ministro de C&T ou Secretária Executiva
Módulo 1 – Escola de Governo – Palestra e debates – ASCT;
Módulo 2 – Estruturação do Fórum de C&T - avaliação de trajetória e novos desafios;
Módulo 3 – Organizações Sociais – Constituição, regramento, modus operandi etc;
Módulo 4 – Comitê de Busca de Dirigentes de UP;
Módulo 5 – Código Nacional de C&T – EC 85/2014 e PL 2.177
Submete-se a críticas e sugestões assim como se espera contribuições de condução e encaminhamento.

3.3 – Mobilização de Campanha Salarial

Após reunir-se com a Coordenação Geral da Condsef e debater a situação da campanha salarial, geral e específica das Carreiras de C&T, o Fórum de C&T deliberou:

- reforçar o pedido para que cada entidade representativa dos servidores das Carreiras de C&T realizem assembleias para se posicionarem sobre a proposta de reajuste salarial proposta pelo governo federal, que consiste basicamente em um reajuste de 21,3% em quatro anos, referente a perdas baseadas na expectativa de inflação futura (período 2016-2019), mais o reajuste de alguns benefícios (auxílios alimentação, creche e saúde).

Obs.: tão logo as assembleias se posicionem sobre o tema, enviar informe da deliberação para esta lista, com cópia para a secretaria do Fórum de C&T - ivanilsindct@gmail.com.

- reforçar e apoiar as atividades de mobilização relativas à campanha salarial geral do funcionalismo federal, em particular o dia de luta convocado pela Condsef para o dia 9 de setembro em Brasília. Para tanto, o Fórum de C&T conclama sua base para que participem destas atividades, em particular enviando pessoas para tomarem parte no dia de luta convocado para o dia 9/9 em Brasília.

- recomendar a presença de alguns de seus membros se fazerem presentes na Plenária Nacional da Condsef, convocada para o dia 10/9 em Brasília. Na oportunidade, e em havendo a possibilidade do Fórum se manifestar na reunião, os seguintes pontos deverão ser externados às demais categorias do funcionalismo:

a) que a campanha salarial geral encontra-se em um impasse com o governo, sendo que neste momento cabe aos servidores a tarefa de apresentar uma contraproposta à proposta do governo;

b) qualquer que seja o acordo a ser firmado com o governo, o mesmo deveria observar dois pontos fundamentais: 1) que a vigência do acordo não seja maior que dois anos; e 2) que o acordo não desconsidere as perdas já contabilizadas do passado (período 2009-20015).

PENDÊNCIAS DE RETORNO DAS ENTIDADES

Por fim, o Fórum de C&T reforça o pedido para que as entidades das carreiras de C&T se manifestem e deem seus retornos quantos às propostas contidas neste relatório:

1. documento anexo da ASCT, formalização das modificações dos dispositivos de comitê de busca;

2. críticas e sugestões sobre o Seminário extraordinário do Fórum de C&T;

3. mobilizações da campanha Salarial

CONVOCATÓRIA

A secretaria do Fórum de C&T convoca as entidades para enviarem representantes e comitiva atividades em Brasília, conforme abaixo:

Ato Público em frente ao MCTI no dia 9 de setembro, a partir das 10h00;

Marcha da Condsef no mesmo dia;

Reunião do Fórum nos dias 9 e 10.

Secretaria do Fórum Nacional das Entidades Sindicais da Área de C&T
Ivanil Elisiário Barbosa. CEL:12- 9781-1674, email: ivanilsindct@gmail.com
Rua Santa Clara n.º 432, São José dos Campos – SP e-mail: imprensa@sindct.org.br — Tel. (12) 9781-1674